

**Para conhecimento: TODOS OS SERVIÇOS DA SRAS E ORDENS
PROFISSIONAIS**

Nº.1/2014

Data: 2014-12-03

**Assunto: REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO POR PARTE
DOS UTENTES BENEFICIÁRIOS DA ADSE**

Considerando que têm sido suscitadas dúvidas por parte de alguns utentes beneficiários da ADSE, relativamente à realização no âmbito da Medicina Privada, de Exames Complementares de Diagnóstico quando prescritos por parte de Médicos a prestar cuidados de saúde nos estabelecimentos e serviços do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E;

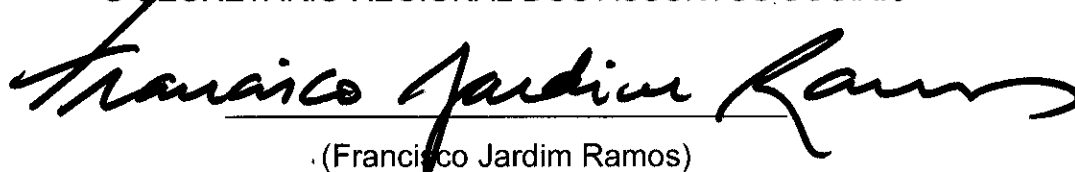
Nos termos da Lei, designadamente do artigo 43.º do Decreto-Lei nº. 118/83, de 25 de Fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de dezembro, o qual entre outros estabelece o regime jurídico de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), os respetivos beneficiários têm direito à livre escolha do médico ou da instituição prestadora de cuidados de saúde.

Tal direito, decorrente da Lei, não pode ser postergado por decisão regulamentar ou por ato administrativo, sob pena de estar ferido de vício de ilegalidade.

Nestes termos, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, determina a seguinte Orientação Normativa aos serviços e instituições de saúde por si tutelados:

1. Os beneficiários da ADSE detêm, nos termos da Lei, o direito à livre escolha do Médico ou da Instituição Prestadora de Cuidados de Saúde.
2. Tal direito, inclui e é extensivo, aos atos e procedimentos relativos aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, qualquer que seja a sua natureza e ainda que os serviços públicos da RAM tenham capacidade instalada para o efeito.
3. Sempre que o beneficiário o pretenda, devem os médicos e os serviços prescritores, respeitar e assegurar o seu direito à livre escolha.
4. Em tal situação, os médicos e serviços prescritores, devem obrigatoriamente adotar os modelos de requisição legalmente previstos, designadamente os da Portaria nº. 28/2010, de 5 de Maio.
5. Os esquemas de reembolso e comparticipação são da competência da SRAS e do IA-Saúde, IP-RAM.
6. A presente instrução vai para cumprimento imediato dos serviços, dela se dando conhecimento aos respetivos beneficiários através dos sítios da Internet da SRAS, IASAÚDE, IP-RAM e SESARAM, E.P.E.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS



(Francisco Jardim Ramos)